

História, espaços e significados da pesca de Barra de Camaratuba, Mataraca, Paraíba¹

History, space and meaning of fishing
in Barra de Camaratuba, Mataraca, Paraíba

André Gondim do Rego²

Resumo: Este trabalho é fruto de uma pesquisa realizada em Barra de Camaratuba, comunidade situada no extremo norte do litoral da Paraíba, cuja população é composta, basicamente, por pequenos pescadores e agricultores, atualmente também envolvidos em atividades proporcionadas pelo advento do turismo na região. Aqui procuramos indicar como os conteúdos objetivos e subjetivos da atividade pesqueira local são acionados segundo os espaços onde se realiza, mas também a maneira como perfazem as idéias sobre o *ser pescador no lugar*, considerando para isso tanto suas características naturais como o processo histórico aí vivido.

Palavras-chave: História oral. Pesca artesanal. Turismo.

Abstract: This work is the result of a research conducted in Barra de Camaratuba, a community located on the north coast of Paraíba, whose population is basically comprised of fishermen and agriculturalists, some of whom are at present also involved in activities related to the advent of tourism in the region. The research attempts to demonstrate how the objective and subjective aspects of local fishing activities are practiced depending upon the spaces in which they are undertaken but also the ways by which they shape ideas about *being a fisherman*. The natural characteristics of the area as well as the living history of the community are also taken into consideration.

Key words: Oral history. Artisanal fishing. Tourism.

¹ Este artigo é uma reelaboração do texto apresentado no GT Acesso à Terra no Norte e Nordeste, por ocasião do VIII Encontro de Antropólogos do Norte e Nordeste realizado na cidade de São Luis, Maranhão, em julho de 2003.

² Por então graduando do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba, bolsista Pibic/CNPq/UFPB (2000-2003) e pesquisador do Grupo de Estudos Antropológicos do Litoral (GEAL), subgrupo vinculado ao Laboratório de Estudos da Oralidade (LEO). Atualmente é mestrando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília (agr2cs@yahoo.com.br).

INTRODUÇÃO

Nas últimas duas décadas, com a ascensão do profícuo diálogo que vem se travando entre Ciências Naturais e Sociais, motivado principalmente pelo campo de estudos denominado *Etno-ecologia* e sua concepção de *populações tradicionais* (DIEGUES; ARRUDA, 2001), a vida de comunidades ligadas à atividade pesqueira vem ganhando cada vez mais espaço no universo temático das Ciências Sociais. A fim de contribuir para uma visão mais esclarecedora sobre estas sociedades, principalmente no que tange às transformações por que passam, apresenta-se aqui uma etnografia da pesca realizada na comunidade de Barra de Camaratuba (Figura 1), distrito situado no extremo norte do litoral paraibano, município de Mataraca, a 112 km da capital desse estado.

Essa comunidade é composta, basicamente, por moradores que tiveram, num passado não tão remoto, a pesca e a agricultura como principais atividades de subsistência, mas que hoje complementam ou as substituem por pequenos comércios, empregos domiciliares e aposentadorias. O lugar sempre esteve submetido a um relativo isolamento devido ao difícil acesso, mas também ao total descaso político que recebeu desde a emancipação do município em 1964.

Essa condição, apesar de todos os problemas a que conduziu, permitiu a manutenção de um senso comunitário bastante forte, mas que por volta da década de 1970 passaria a ser enfraquecido por conflitos pela terra e um avanço turístico, ainda incipiente, mas significativo para a vida local. Hoje, quando o turismo é promovido pela própria



Figura 1. Igreja de São Pedro (construída pelos próprios moradores) e antiga caiçara dos pescadores (abrigo coberto com palhas de coqueiro onde os pescadores mais comumente reúnem-se e executam a manutenção dos apetrechos de pesca). Foto: Gekebed Dantas da Silva (jun. 2001)

prefeitura e com iniciativas às vezes totalmente alheias à realidade em questão, as transformações por que vem passando são muito mais intensas. Elas afetam o domínio social da comunidade como um todo, desde as práticas produtivas materiais, até as culturais. Isso fica claro, por exemplo, na dificuldade de promover novamente as *brincadeiras*, como a do coco-de-roda, antes comum, ou mesmo na resignificação de parte da atividade pesqueira.

Para este trabalho, inicialmente se propõe a realização de uma síntese dos significados sociais construídos pelos moradores sobre o processo histórico aí vivenciado, para em seguida ressaltar mais descritivamente as tecnologias aí existentes, os três espaços em que a prática pesqueira é desenvolvida (o rio, o mangue e o mar), bem como as percepções sobre o *ser pescador* no lugar. Sobre a metodologia adotada, destaca-se a observação de campo confrontada e complementada por um conjunto de 48 entrevistas gravadas (outras não gravadas, mas registradas nas cadernetas), observações retiradas de conversas informais e da estadia em campo, arquivamento este possibilitado ao longo de 15 visitas, na sua maioria com pernoites, feitas à comunidade de janeiro de 2001 a junho de 2003, revelando que as interpretações aqui permitidas ultrapassam o universo dos excertos a seguir mencionados. Sobre a validade do uso de narrativas orais como registro metodológico, remete-se aos trabalhos de Paul Thompson (1998) e Queiroz (1988).

HISTÓRIA, HISTÓRIAS...

Tanto por não ser aqui a pretensão almejada, como também pelas próprias limitações espaciais que um artigo impõe, não é sobre a História de Barra de Camaratuba que aqui se discorre, mas sobre um

desenrolar da atividade pesqueira local por meio da organização de uma *trama* (VEYNE, 1990) que se considera eficaz para os objetivos deste trabalho. Através da *acentuação unilateral de alguns pontos de vista* e do *encadeamento de fenômenos isolados*, ou seja, construindo *tipos-ideais* (WEBER, 1979, p. 76), divide-se a história dessa pesca em três momentos distintos, momentos estes aqui caracterizados a partir da percepção dessa atividade narrada por três pescadores locais (Manuel Madeiro, Antônio Miguel e Meninho³), pertencentes a gerações – e como pretendemos demonstrar, a algumas condições objetivas de realização dessa atividade – também distintas, que revelam tanto *continuidades* como *descontinuidades* no processo histórico ocorrido.

A pesca de Barra, é certo, sempre apresentou uma grande dificuldade de realização. Vários elementos convergem para isso: a violência na rebentação marítima de sua costa, o pequeno nível tecnológico das embarcações ali existentes, e, por tudo isto, a baixa produção de pescado que apresenta. Esses são exatamente os fios comuns que perpassam toda a rede de histórias dessa pesca local, uma continuidade evidenciada tanto nas narrativas dos mais velhos como na dos mais jovens pescadores.

"Naquele tempo era boa a pesca, mas era fraca demais que o peixe num valia nada. Tinha vez que a gente pegava peixe, mas num achava nem quem comprasse, né. Naquele tempo era peixe escolhido a dedo, peixe escolhido pra vender. Quase num vendia. Mas nunca foi grande a pesca daqui, que a pesca daqui nunca foi grande não, a pesca daqui toda vida foi pouca porque, devido ao mar, a costa ser braba, né. Porque a costa daqui num é mansa, é braba, e antigamente era muito mais braba do que é hoje. (...) [Aqui] sempre pescava. Mas nunca foi bom não. A gente encarava tempo aí que fazia medo pra sair aí. Jangada, que as navegação é que era fraca também, que era jangada. A gente tinha que botar pra cima no seco toda vez e no outro dia tinha

³ Respectivamente, Manuel Madeiro da Costa, 84 anos, pescador aposentado entrevistado em 10 de abril de 2001 e 08 de junho de 2001; Antônio Miguel de Brito, 39 anos, pescador e dono de comércio entrevistado em 09 de junho de 2001 e 20 de fevereiro de 2002; João Batista Fidelis da Silva, 26 anos, pescador e salva-vidas entrevistado em 19 de janeiro de 2002 e 29 de maio de 2002.

que sair empurrado a vara, né. Às vezes tinha dia até que ninguém saía porque num podia porque tava muito brabo, né." (Manuel Madeiro)

"Olha... a gente, desde pequeno que eu sou acostumado a pescar aqui, e a produção de peixe aqui num é suficiente mermo. A pescaria daqui a produção sempre é pouca. (...) Quem tem num vai botar o barco num mar desse, só bota Toro⁴ mermo, o mar é muito violento aqui. (...) E aqui, a pescaria daqui é desse jeito. Você vai um dia, passa o resto da semana todinha sem ir. Quando num é chuva no inverno, é o mar muito brabo. Num deixa ninguém sair" (Menininho)

Não obstante a importância que a continuidade no tempo dessa violência e a pequena tecnologia e a baixa produção tem para a compreensão sobre tal história, também é verdade que ela reconhece momentos estruturais descontínuos e extremamente significativos. Como dito, acredita-se que nas narrativas de cada um dos pescadores aqui eleitos é possível inferir a caracterização de tais momentos. Realize-se a observação, inicialmente, destas narrativas do sr. Manuel:

"[Pescar] só num ia num dia que num podia mermo, que fosse de chuva demais ou de vento, qualquer coisa que fosse contrário, mas num sendo, todo dia eu pescava, todo dia! Tanto pescava em terra aqui no rio, como pescava lá fora! No rio eu só pescava de noite, (...) toda noite eu ia pescar. (...). [Mas] eu aqui tive tempo de ir pra maré ainda, eu tive tempo de eu já rapaz, homem feito, de eu ir pra maré mais meu pai e chegar da maré, a gente botar a jangada pra cima num ter uma pessoa na praia pra comprar o peixe, uma pessoa na praia pra comprar um peixe (...) Tinha que se dar... Trazer o peixe, dar ao povo e... pra num perder... Nesse tempo num tinha geladeira, num tinha nada, era só no sal, né... Ou assado ou sal, né. Tinha que ser, né. É... porque num tinha gente... O lugar tinha pouca gente demais (...). [Além da pesca era] somente a lavoura. Que pescava, que a gente trabalhava no roçado, pescava, tirava caranguejo no mangue pra vender. Pegava caranguejo no mangue pra vender, era só isso... Se fazia farinha toda a vida aqui, né. Se fazia farinha. A gente trabalhava na agricultura, né. Aí isso

era uma riqueza pro povo. Passava meses inteiro trabalhando fazendo farinha. Às vezes meu pai fez muitas vezes, dois, três meses fazendo farinha na casa de farinha. Agora num tinha futuro de nada, né. Sabe, era mermo pra que comer pra viver, pra num morrer de fome. O futuro era pouco. (...) [Meu pai], eu vi ele muitas e muitas vezes ele encher a casa dele de farinha, cheinha de saca de farinha (...), fazia pra vender. O povo comprava pra levar pro norte, pelo mar, viajava pelo mar, embarcado em navegação, em bote que vinha aqui pra Barra, que viajava. E num era barco motorizado não, era barco de vela. Eu mermo ainda fui uma vez vender uma carga em Macau[RN], fui vender uma carga e comprar um bote lá".

Vemos que *naquele tempo* em que o sr. Manuel pescava, as principais, senão únicas, atividades produtivas eram a pesca e a agricultura, tendo a segunda uma maior importância. As próprias embarcações eram utilizadas para o transporte comercial dos gêneros agrícolas, enquanto que, mesmo quando de bons resultados na pescaria, esta apenas se destinava, por falta de comércio para o produto, à subsistência. Denominaremos este momento como o *tempo da pesca e da agricultura*. Ele é vivido inteiramente pelo sr. Manuel Madeiro, que por problemas de saúde, já na década de 1960, afastou-se das atividades pesqueiras marítimas.

O período após sua aposentadoria foi justamente aquele em que começaram a ocorrer transformações profundas na estrutura comunitária local. Conflitos pela posse da terra com *famílias grandes* do município de Mataraca, genericamente nomeadas como *os Bessa*, além de terem promovido desavenças internas à comunidade, acarretaram a incompleta, mas intensa desapropriação de terras destinadas antes aos roçados de seus moradores. Isto promoveu uma diminuição considerável da importância da agricultura local, senão como produto de subsistência, drasticamente como comercial. Concomitantemente a tais processos, ocorreram movimentos de migração para a comunidade, isto não apenas por

⁴ Antônio José Miguel da Silva, 53 anos, presidente da colônia local e detentor do único bote motorizado entre os pescadores de Barra.

parte de pessoas da região interessadas em se tornar moradores locais, mas também, alguns anos depois, por turistas dos centros urbanos e capitais mais próximas, como João Pessoa e Natal, atraídos em boa parte pelo então isolamento e tranquilidade de Barra. Tais turistas foram construindo casas ao longo da praia, utilizando-as como residências de verão. Também foi construída, nesse momento, a primeira pousada do local, pertencente a uma família de grande influência empresarial e política no estado da Paraíba, a família Burity. Importante destacar que parte daquelas terras desapropriadas foi justamente a adquirida por estes turistas e empresários. No entanto, a existência destes aspectos propiciou alternativas não só para o comércio do pescado, mas também de novas ocupações remunerativas. Dentro desta construção, percebe-se que as narrativas do sr. Antônio Miguel denotam bem este segundo momento, que será denominado de *tempo da pesca e dos turistas*:

"(...) foi no tempo que chegou turismo por aí. aí me chamou o pessoal das casa me chamou pra ser vigia aí eu ia na jangada de dia pescar e de noite eu vinha pra vigia. era... [Um dia um amigo meu] disse... 'Tonho, chegou um pessoal aí. chegou quarenta pessoa pra essa casa na pousada...' Eu só sei que daí. né... As quarenta pessoa saíram sem almoçar porque num tinha aqui na barra quem fizesse o almoço. Aí eu digo... 'Aderaldo. eu vou deixar esse serviço aqui e vou trabalhar pra mim' Ele disse... 'Tu vai nada' Eu digo... 'Vou! Vou fazer um barzinho pra mim' (...) Aí daí o pessoal começou gostando aí esse turismo aqui todinho dessa beira de praia, dessa avenida aqui todinha almoça lá em casa. (...) [Eu ia pescar] porque tinha necessidade... ainda hoje eu tenho. Tenho necessidade de ir... é por isso que às vezes a mulher reclama... 'Rapaz. para de pescar...' Aí eu digo... 'Mas se eu parar de pescar vai morrer de fome é?' Fica só esperando por uma coisa só num dá. Eu dei graças a Deus. a Jesus e aos dono dessas casa por ter me dado esse empregozinho... que eu ganho dez reais... como é... trinta reais pro mês em cada uma casa dessa... é... trinta reais eu ganho".

A ênfase aqui recai não mais na agricultura, mas nas novas ocupações proporcionadas pelos turistas veranistas: era o trabalho de caseiro, carpinteiro,

pedreiro, enfim, serviços domésticos em geral, que se apresentavam como uma nova e divina alternativa para a obtenção de renda. Vale ressaltar que esses eram trabalhos bastante restritos, exigindo uma mínima mão-de-obra. Entretanto, eram vistos pela comunidade como uma promessa de melhora de vida, percepção que encobria, inclusive, a associação destas novas *oportunidades* com a desapropriação de terras antes ocorrida. Para uma melhor compreensão deste processo, ver Ciacchi *et al.* (2002); Monteiro (2003) e Silva (2003).

Mas é a partir do ano de 2000, sob uma nova administração municipal, que tais processos sofrem sua última e atual renovação. A política entra na administração daquele turismo antes exercido apenas por aqueles que vinham à comunidade em busca de tranquilidade.

Essa ação municipal vem seguindo dois caminhos. O primeiro diz respeito à criação de serviços sistemáticos de limpeza e coleta de lixo local, além dos serviços de salva-vidas, estes com treinamento profissional adequado, cuja mão-de-obra empregada é formada, na sua totalidade, por moradores, principalmente pescadores, que foram treinados e selecionados mediante curso organizado pelo Corpo de Bombeiros do Estado. O segundo, por sua vez, vem promovendo marcantes alterações na vida comunitária e diz respeito à alienação da produção cultural local. Práticas como o coco-de-roda e as procissões de São Pedro vêm sendo subsumidas por shows de forró em grandes palcos (ou seja, além de separação entre produtores e consumidores da cultura, algo incomum àquelas brincadeiras tradicionais, expropriação do tempo e espaço de sua produção) destinados a atrair turistas não mais preocupados com a sociabilidade local, mas apenas como consumidores dos atrativos propagandizados, atitude reforçada neste último ano pela criação, por parte dos empresários já citados, do *Potiguar Café Club* (Figura 2), boate que foi instalada entre a pequena Igreja de São Pedro, a caiçara dos pescadores e suas casas, constituindo o que Carlos

(1999) considera como um dos principais efeitos da ideologia turística vigente, a criação do *não-lugar*. Até aqui tal política vem sendo vista positivamente pelos moradores graças aos empregos estáveis ou instáveis que gerou, isto é, através do prisma econômico, não obstante uma certa preocupação por eles apontada em relação à possibilidade de eliminação da *tranqüilidade* antes existente. É aqui que as falas de Menininho ajudam a compor esse novo quadro estrutural da história de pesca em Barra de Camaratuba, momento que chamaremos de o *tempo da pesca e do turismo*.

"A pescaria daqui a produção sempre é pouca. A gente que tem esses barquinho vai só pra num tá parada porque aqui muitos não têm emprego. Algum que tem num vai pescar, porque aquele tem emprego... No meu caso! Eu trabalho aí [no serviço de salva-vidas], mas eu trabalho no sábado, domingo e feriado, e quarta e quinta. Aí eu tenho a sexta de folga e a segunda e a terça. Aí eu já vou pro mar. Mas se for só depender da pescariazinha aqui é muito... muito fraquinha. (...) Porque aqui eu tenho meus dia de folga, aí eu vou, passo o dia [no mar] e venho. Saio de cinco hora da manhã e chego de quatro, cinco, seis da tarde".

Diferencia-se o tempo dos turistas pelo tempo do turismo justamente pelo aspecto institucional

imbricado no segundo. Ao contrário daquelas ocupações domiciliares surgidas a partir do período anterior, as deste terceiro momento são até certo ponto regulamentadas. A imprevisibilidade da própria atividade pesqueira e de seu mercado e aquelas ocupações instáveis passam a ter um caráter menos importante do que este emprego municipal. Entretanto, lembra-se que, como no momento anterior, estes novos empregos são igualmente restritos, sendo o comércio informal que passa a existir, juntamente com a aposentadoria, os outros elementos que ajudam a sustentar a vida na comunidade.

Através destas narrativas percebe-se que a pesca persiste em todos os momentos, porém, sempre subalternamente. O primeiro momento, o mais denso em duração, pois se perde na memória da fundação da comunidade, implica numa transição bem mais marcante do que na do segundo para o terceiro momento, uma vez que estes são bem mais curtos em duração. Porém, são os dois últimos que possuem uma carga de significados efetivamente maior, devido à revolução do tempo e do espaço provocada por essa *modernização* do mundo – especificamente do seu mundo, seu lugar.



Figura 2. Num primeiro plano e à direita, o *Potiguar Café Club*, mais ao fundo, a nova caiçara dos pescadores e a Igreja de São Pedro. Apesar de não ser possível visualizar, imediatamente à frente da boate estão as casas dos moradores. Foto: Gekbede Dantas da Silva (jun. 2003).

CARACTERIZAÇÃO DA PESCA EM BARRA DE CAMARATUBA

Já foi visto que a pesca em Barra de Camaratuba sempre constituiu uma atividade complementar. Antes, juntamente com a agricultura, ela compunha o rol das atividades produtivas locais sem superar aquela em importância para a geração de renda. Dentre as mudanças sofridas pela pesca a partir desse primeiro momento, é possível destacar a introdução da rede de náilon que, por ser bem mais leve que as antigas redes de algodão, diminuiu em muito o esforço necessário na despesca⁵, além de uma substituição gradativa de embarcações para três ou cinco tripulantes por outras menores manejadas apenas por um pescador. A pescaria de *linha* e *rede de espera* no mar e a de *tarrafa*⁶ no rio foram e são os tipos comuns de captura do pescado. A predominância do uso de tais aparelhos de pesca explica-se pelo fundo irregular do litoral nordestino, especialmente o paraibano, que dificulta a pesca de arrasto – pois, segundo Diegues (1983) apenas 20% da área permitem o arrasto de fundo – mas que, por sua proximidade da plataforma continental, garante a pesca de várias espécies oceânicas que são as de maior cotação no mercado – fatores que tornam a *pesca do tipo artesanal*, nas suas diversas modalidades tecnológicas, a de maior produção nesta região, assim que, segundo Paiva (apud MARTINS, 2002), a produção artesanal do Nordeste é de 50.035 t contra 19.514 t da industrial (21,2 % contra 5,4 % do total nacional).

A jangada, “embarcação movida a vela ou a remo, construída com tábuas e isopor” (IBAMA, 1999), que recebe várias denominações no local – *baitera*, *paquete* – movimentada pela propulsão humana (remo) e natural (vela), igualmente compõe quase que exclusivamente o panorama das navegações (Figuras 3 e 4). Até a última visita a campo existiam apenas duas embarcações a motor: uma jangada adaptada que desde 2001 encontrava-se com o motor danificado, e um pequeno bote – “embarcação movida a motor com convés e cabine, casco de madeira, com o comprimento acima de 6 metros.” (IBAMA, 1999) – que só saía para pescar quando emprestado a pescadores de Baía da Traição, município vizinho. As espécies mais pescadas são o ariocó (*Lutjanus synagris*), o biquara (*Haemulon plumieri*), o camurim (*Centropomus umdecimaleis*, *ensiferus* e *parallellus*), o serra (*Scomberomorus brasiliensis*), a tainha (*Mugil curema*, *brasiliensis*, *incilis* e *trichodon*) e o camarão (*Xiphopenaeus kroyeri*, *Penaeus brasiliensis* e *subtilis*). A utilização do instrumental aí existente quase impossibilita, por exemplo, a pesca nos meses de inverno, uma vez que o vento e o escurecimento das águas dificultam sumamente a atividade. E mesmo no verão as pescarias raramente duram mais que um pernoite. São pescarias de *ir-e-vir* (IBAMA, 2000).

Retorna-se, aqui, à pesca artesanal, a fim de discutir seu conteúdo para situar mais precisamente a tomada dessa classificação ao referir-se à pesca realizada em Barra de Camaratuba. Os estudos que se preocuparam com as classificações da atividade

⁵ Retirar o peixe da rede que fica permanentemente no mar – a não ser que uma manutenção exija sua retirada – diferente da pesca, que consiste em pescar o peixe através de linha e anzol.

⁶ Linha: “Todas as pescarias com linhas de fundo ou de superfície, usadas manualmente pelo homem ou com auxílio de vara, vulgarmente conhecidas como linha de mão, linha de fundo e linha de superfície”. Rede de espera: “Todas as redes onde o peixe é emalhado ou enredado na panagem, conhecidas vulgarmente como rede de emalhar. Essas redes recebem várias denominações em função da espécie capturada ou tamanho da malha, sendo elas as seguintes: tainheira, sauneira, pescadeira, rede de espera, gozeira, serreira, menjuaba, zeredeira, bagreira, corvineira, parozedeira, rede de alta, rede de fundo, rede lixeira, rede de reça, sardinheira, cascudeira e tresmalho”. Tarrafa: “Redes de encobrir que se abrem quando lançadas, capturam os peixes caindo e fechando sobre eles, utilizadas em águas rasas por um homem, a bordo ou não de embarcações de pequeno porte.” (IBAMA, 1996).

pesqueira, pelo menos os referentes ao litoral nordestino, indicavam em seus primeiros trabalhos a existência de três tipos de pesca: a *pesca de auto-subsistência*, a *pequena produção mercantil*, que comporta os *pescadores lavradores* e os *pescadores artesanais*, e a *pesca empresarial capitalista* (DIEGUES, 1983); ou a denominação de *pescadores agricultores*, *pescadores artesanais* e *pescadores industriais* (MALDONADO, 1986). Depois de duas décadas a tipologia referente ao pescador agricultor é suprimida dos autores que empreenderam tais estudos (MALDONADO, 1994; DIEGUES; ARRUDA, 2001). Essa restrição apenas reverbera uma transformação indicada por eles próprios em seus primeiros trabalhos: a expropriação de terras litorâneas pela especulação imobiliária do setor turístico e a exclusão social engendrada pela capitalização da atividade pesqueira (DIEGUES, 1983; MALDONADO, 1986), o que afetou de maneira marcante a pequena produção agrícola destas áreas, quase fazendo – e fazendo em muitos casos – desaparecer essa prática produtiva. Barra de Camaratuba representa um caso típico dessas mudanças. Reconhecendo tais transformações, Diegues e Arruda (2001) terminam por caracterizar os pescadores artesanais como aqueles que

"(...) têm seu modo de vida assentado principalmente na pesca, ainda que exerçam outras atividades econômicas, como o extrativismo vegetal, o artesanato e a pequena agricultura, (...) a produção [pesqueira] é em parte consumida pela família e em parte comercializada. A unidade de produção costuma ser a família, incluindo na tripulação conhecidos e parentes longínquos".

Nesta caracterização, a única ressalva que se apontaria na sua utilização para referir-se à pesca praticada em Barra seria aquele caráter principal da pesca, uma vez que se viu sua condição de



Figura 3. Pescador voltando da despesca em sua jangada (note-se a produção de pescado conquistada naquela manhã de fevereiro: um único peixe sobre o pacote). Foto: André Gondim do Rego (fev. 2002).

subalternidade ao longo de todos os momentos construídos de sua história. Entretanto, há ainda que se discutir o que faz dessa pesca uma *arte local*, ou seja, o seu elemento *tradicional*. Essa pesca comporta todo um conhecimento *precedente* (MAUSS, 1979) sobre si que está estritamente ligado à *percepção* que essa comunidade tem *do meio* em que vive extrapolando seu conteúdo meramente econômico e material (GODELIER, 1981; DIEGUES; ARRUDA, 2001), conhecimentos estes transmitidos tanto através da *oralidade* como pela sua prática, sua *imitação* (MAUSS, 1979). Assim, o conhecimento das espécies, dos locais e técnicas mais apropriados para realizá-la⁷, todo este *saber* e *saber/fazer* (DIEGUES; ARRUDA, 2001) compreendem a marca tradicional dessa pesca.

⁷ Para uma percepção aprofundada das características da pesca no litoral nordestino, remetemos ao excelente trabalho da Prof. Simone Maldonado. *Mestres e Mares* (1994). No que diz respeito a como esse mesmo conhecimento é produzido e reproduzido em Barra, reservamo-nos a esboçá-lo numa outra oportunidade, porém, já acusando que também eles vêm fazendo parte de nossos interesses de pesquisa.



Figura 4. Baiteras: jangadas idealmente para dois ou três pescadores. Foto: André Gondim do Rego (dez. 2001).

Porém, esses precedentes não podem ser vistos aqui como estruturas fixas e arcaicas de pensar e agir no mundo. A maneira como valida-se a idéia de tradição não a estaciona, mas implica que toda transformação vivida por uma comunidade nos moldes aqui descritos é sempre avaliada pelo grupo segundo o conjunto total de suas representações, e não apenas as estritamente econômicas. Conforme Rosyan Britto (1999), a pescaria organiza-se através das relações sociais que se estabelecem em torno das condições concretas, constituindo-se numa *tática de vida*. Conseqüentemente, a decisão de manter, alterar ou substituir um sistema de produção não é uma questão meramente técnica ou econômica, mas uma estratégia social global.

Assim, as aceitações ou recusas por parte dos grupos pesqueiros de modelos de pensamento ou ação, *a priori*, exteriores a eles, devem ser entendidas, então, como o resultado de *acomodações e lutas sociais* (BRITTO, 1999).

E para se falar em transformações na pesca de Barra de Camaratuba, deve-se, justamente, fazer referência a fatores externos a ela que produziram mudanças essencialmente de significado. A abertura de estradas, a implantação da energia elétrica, bem como a presença do turista, fatores bastante interligados, são contundentes a esse respeito. O acesso à região que antes era difícil, uma vez facilitado pela abertura de estradas, agora ampliou os contatos com a sede municipal. Como visto, a chegada dos turistas veranistas e a instalação das pousadas criaram uma necessidade de mão-de-obra tanto para a proteção e vigilância dos prédios como para limpeza e outras tarefas domésticas, possibilitando o surgimento daquelas novas ocupações. Com a institucionalização do turismo, as navegações passaram a ser utilizadas nos passeios pelo rio. A prefeitura implantou, ainda, balsas para permitir a passagem de veículos de uma margem à outra do rio Camaratuba, dando acesso às aldeias indígenas de Baía da Traição, utilizando, mais uma vez, mão-

de-obra pesqueira. A chegada da energia elétrica, por sua vez, permitiu a apenas alguns pescadores diminuir sua dependência em relação aos *pombeiros* (atravessadores que compram do pescador o peixe a um baixíssimo custo para vendê-lo no mercado por preços bem maiores), conservando o pescado na própria casa, escolhendo o melhor momento para vendê-lo ou consumi-lo. O crescimento do mercado interno, incipiente, ainda, veio auxiliando no aumento dessa autonomia.

EXPROPRIAÇÃO DO TERRITÓRIO, FRAGMENTAÇÃO DO LUGAR

Um outro elemento que concorreu para esta re-significação da atividade pesqueira em Barra de Camaratuba foi o *estrangulamento sofrido por ela nas últimas décadas*, fator corroborado, principalmente, pela quase extinção da agricultura local. A prática produtiva passou, então, a concentrar-se nos territórios ligados à produção ictiológica, entendendo-se aqui o *território* como aqueles *espaços ao qual [o grupo] garante a seus membros direitos estáveis de acesso, de uso e de controle dos recursos e sua disponibilidade* (CASTRO, 2000). Outras noções semelhantes podem ser extraídas de Diegues e Arruda (2001) e, no que diz respeito à pesca marítima, em Maldonado (1994).

O primeiro deles é o rio Camaratuba, que sofreu, até a década de 1980, intensos despejos das caldas provindas do processo de industrialização da cana-de-açúcar das usinas da região. Tal atividade recebe por parte dos moradores a acusação de ter diminuído, drasticamente, a quantidade de peixes do rio, devido à poluição que causava. Hoje, nele ainda são feitas pescas matinais e vespertinas, através

da tarrafa ou linha de anzol, quase sempre sem embarcação, porém, o produto capturado destinava-se, exclusivamente, à subsistência.

O espaço de mangue sofreu os mesmos problemas que o rio devido às caldas da cana. O caranguejo e o camarão (este, rio acima), além de outros pequenos crustáceos nele presentes, são outra fonte de recursos na subsistência local, apanhados por crianças e mulheres e, esporadicamente, pelos pescadores adultos⁸. Porém, a quantidade e a qualidade em que essas espécies existem atualmente permanecem, desde o derramamento das caldas, muito aquém das existentes no *tempo em que os caranguejos entravam nas casas*. Mas, além da poluição que outrora sofreram, tanto o rio como o mangue recentemente se encontraram mais uma vez ameaçados, agora pela implantação de viveiros de camarão que impediram o acesso a algumas de suas áreas, antes de coleta intensa e comum. Tal fato fomentou uma certa mobilização dos moradores que só alcançou respaldo político depois que o caso chegou ao conhecimento do IBAMA nacional⁹, promovendo o embargo da obra. Apesar disso, a área comprada para tal empreendimento permaneceu cercada e protegida por capatazes que passaram a impedir tanto o extrativismo vegetal como as coletas do camarão, recurso históricos não só da comunidade em questão, mas de todas aquelas residentes ao longo do rio.

As transformações ocorridas no rio e no mangue com suas conseqüências terminam por marcar impressões na memória do grupo que ultrapassam, em muito, a simples paisagem natural, perfazendo a construção do *lugar* que é Barra de Camaratuba, ou seja, (...) produto das relações humanas, entre homem e

⁸ Aqui, como em outros estudos (DIEGUES, 1983; MALDONADO, 1986), também se constata o fato de que nessas comunidades o trabalho marítimo destina-se, exclusivamente, aos homens, enquanto que as mulheres, quando atuantes nesta produção pesqueira, restringem-se ao trabalho no rio e mangue.

⁹ Segundo os relatos, os funcionários estaduais do órgão realizam visitas locais, mas fazem *vistas grossas* aos crimes ambientais (derrubada do mangue em especial) praticados no empreendimento.

natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido, o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo identidade. Aí o homem se reconhece porque aí vive. O sujeito pertence ao lugar como este a ele, pois a produção do lugar se liga indissociavelmente à produção da vida (CARLOS, 1999).

Assim, tanto nos tempos em que o rio *deu* muito peixe, ou o mangue caranguejo, como também naqueles onde o governo ou a usina *derrotou* o rio, ou os viveiros parte da subsistência, não foi apenas a natureza que foi expropriada, mas também um *lugar*, uma história, uma vida.

Tendo em vista todas essas poluições e expropriações, foi o espaço marítimo que ocupou, no nível da pesca, o *território* local de destaque. Entretanto, não se deve pensar que as coisas aí ocorressem de maneira facilitada. As embarcações existentes em Barra nunca foram substituídas por outras motorizadas e, ao contrário disso, até diminuíram aquelas jangadas antes referidas. Outro aspecto dessa pesca marítima é a existência de uma maior tecnologia nas embarcações das comunidades mais próximas como Baía Formosa (RN) e Baía da Traição, bem como o aumento da exploração da pesca artesanal em todo o litoral paraibano que se poderia chamar de seus *pólos pesqueiros*, isto é, pontos de pesca (simples) que por apresentarem um certo desenvolvimento das forças produtivas e, conseqüentemente, uma alta produção, atraem pescadores de diversas comunidades pesqueiras de produção baixa, como Barra de Camaratuba; fato que traz ao *seu* mar um número cada vez maior de botes que utilizam métodos mais predatórios, como é o caso das redes de arrasto¹⁰ que, além de promover uma alta exploração dos recursos marinhos, destróem as redes fixas dos pescadores locais. Não se sabe até que ponto é

possível implementar novas tecnologias de navegação em Barra devido às próprias condições naturais de sua costa que, segundo os próprios pescadores, impossibilitam a presença regular de botes ancorados.

O SER PESCADOR EM BARRA DE CAMARATUBA

Para a percepção de como se produz e se reproduz essa pesca, também devem ser consideradas as várias apresentações que aqui se procura tratar das possibilidades de ser pescador em Barra. Essas são consideradas segundo a dispersão que existe entre os pescadores locais, no que diz respeito aos outros interesses/ocupações que marcam a vida da comunidade como um todo. Acreditamos que essa característica estabelece fortíssimas implicações sobre como a pesca no *lugar* é desenvolvida e vivenciada. Não se trata exatamente de procurar uma *identidade pescador*, mas de perceber como as condições objetivas condicionam o *ethos* em relação à pesca local, ou seja, como as *necessidades vão sendo transformadas em virtudes*, produzindo e transformando, com a transformação do lugar, "o sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como matriz de percepções, de apreciações e de ações, ou seja, o *habitus*" (BOURDIEU, 1983).

O primeiro caso é o dos *pescadores que têm terra para plantar*, caso atualmente raro. A apropriação da maior parte das terras da região por alguns moradores – que nem são pescadores – e pelos empresários do ramo turístico quase eliminou a prática do pluralismo econômico (MALDONADO, 1986) aí existente. Quem ainda tem acesso pode variar as atividades de acordo com as estações do ano. Assim, garante-se uma certa estabilidade no provisãoamento alimentício, dinamizada pela possibilidade de comercializar outros produtos além do peixe.

¹⁰ "Redes de arrasto de fundo, destinadas à pesca de camarão, vulgarmente conhecidas como: arrastão, arrasto, arrasto de camarão, rede balão e rede puxada." (IBAMA, 1999).

Também há o caso dos *pescadores que têm outro ofício* além da pescaria. Dentre estes há, primeiramente, aqueles que passaram a trabalhar nas casas e pousadas dos turistas. São trabalhos mais ou menos fixos e garantem não apenas a remuneração pelo serviço, mas também mercado para o pescado. De forma semelhante à agricultura, o inverno, que é utilizado pelos veranistas para promoverem reformas nos prédios, amplia as opções de ocupação. Em segundo lugar há os recém-contratados da prefeitura, como os empregados catadores de lixo e salva-vidas, aos quais é dada uma folga considerável – os salva-vidas trabalham apenas alguns dias fixos na semana, revesando-se, e os catadores só desempenham suas funções de coleta pela manhã e pelo final da tarde –, o que lhes permite continuar pescando, garantido uma alimentação extra. A única implicação é a perda do direito ao seguro-desemprego no período de *defeso* da pesca da lagosta, uma vez que estão profissionalizados em outras ocupações.

Além desses, há os *pescadores que praticam a pesca não só em Barra mas também em outros mares*. Boa parte dos poucos pescadores que ainda aí estão, essencialmente os mais novos, também nos meses de inverno, quando a pesca fica inviável no lugar, saem da comunidade para realizar a pesca da lagosta em outros locais que possuem embarcações habilitadas para tal. É, segundo os relatos, uma atividade bastante rentável e que permite ao pescador conhecer outros mares e tipos de pesca. O extremo dessa atitude é a mudança mais ou menos definitiva para outros estados do país, em especial entre os oriundos de Barra para o estado de Santa Catarina, onde já existem várias famílias. Diz-se mais ou menos porque boa parte dos pescadores aposentados da comunidade possui uma história de pesca por muitos estados ao longo do litoral brasileiro, entretanto, aí estão de volta. Os meses do verão, então, configuram-se como o tempo da *pescariuzinha*, uma pesca quase de subsistência, não fossem os veranistas do lugar. A renda conseguida

nessa pesca da lagosta, que segundo os mais precavidos é justamente economizada, permite isso.

Muitos pescadores fazem uso de mais de uma dessas possibilidades, com exceção da agricultura, que exige um espaço de terra para plantar. Assim, as oportunidades de arranjar uma ocupação auxiliar à pesca, principalmente nos meses de inverno, apesar de escassas, existem e explicam, em parte, como é possível a sobrevivência. Entretanto, ninguém deixa de praticar a pesca do verão, mesmo caracterizada por uma produção muito baixa, como a base que garante o alimento diário. O mais importante disso é que na pesca que é executada em Barra os pescadores ainda detêm todo o domínio da produção como poder de decisão sobre o quando, o quanto e o como pescar, pelo menos na sua dimensão social – certamente estas *escolhas* são limitadas pela mobilidade e imprevisibilidade do produto pesqueiro, ou seja, pela sua dimensão natural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi apresentado e para concluir as considerações sobre as transformações de significado que a pesca aí sofreu, faz-se necessário proceder a uma compreensão de algumas percepções do sr. Manuel Madeiro sobre a comparação que faz da pesca em *seu tempo* e de sua atual situação em Barra. Segundo ele:

“(...) aqui... toda vida (...) foi pouca gente que pescava aqui. nunca era muita gente que. o lugar também num tinha gente nesse tanto pra pescar; era pouca gente mermo. Mas hoje tem gente. menos pesca ainda. A pesca ainda é menos do que era. Agora eles num pesca. (...) os pescadores que pescava tinha coragem que pescava todo dia. e os de hoje num tem coragem. Algumas vezes que vão pescar. Num tempo como esse... de quaresma. assim que o peixe dá muito dinheiro e tem muito valor. ia repassar; todo mundo quer comprar peixe, ter peixe, mas muitos daqui num vai não. é (...). Eu num sei. Eu mermo num sei porque num querem pescar. Porque num se dedica mermo a pescar. os pescador num querem pescar. Tem muita gente que hoje que. pesca um dia. dois na semana. se arrumar o

dinheiro aí vão beber de cachaça. num querem mais ir pra maré. Muitos é assim. E outro é porque num gosta mermo de trabalhar”.

É possível dizer que, segundo aquelas condições da pesca no momento em que o sr. Manuel a praticava, seria *impensável*, na verdade, impraticável, para ele agir segundo alternativas que só viriam a existir na comunidade em épocas posteriores. Como ele mesmo dizia... “*era mermo pra que comer pra viver, pra num morrer de fome*”. *O futuro era pouco*. A *necessidade* de se pescar ou plantar naquele momento fazia-se, assim, *virtude*. Nesse sentido, “(...) os conflitos de geração opõem não classes de idades separadas por propriedades de natureza, mas *habitus* que são produtos de diferentes modos de engendramento, isto é, de condições de existência que, impondo definições do impossível, do possível, do provável ou do certo, fazem alguns sentirem como naturais ou razoáveis práticas ou aspirações que outros sentem como impensáveis ou escandalosas” (...). (BOURDIEU, 1983).

Aqui não apenas se apresenta um argumento teórico para a utilização que se fez de narrativas de gerações distintas, mas também verifica-se como a transmissão e, com ela, a transformação da tradição vai se constituindo na vida pesqueira da comunidade. Nessa atividade, assim como na *cultura popular* para E. P. Thompsom (1998), as “*necessidades vão se revolucionando bem como expectativas baseadas nos costumes vão sendo destruídas*”. O sr. Manuel continuou a viver sim na comunidade, mas não a participar e, assim, a atualizar em si, na sua *experiência*, as práticas pesqueiras. Algumas dessas suas experiências tornaram-se, num certo sentido, não mais comunicáveis (BENJAMIN, 1994), porém, não todas, o que se torna claro ao mostrar os conhecimentos que detém sobre técnicas de pesca e espécies existentes localmente. Se hoje os pescadores da Barra de Camaratuba pescam menos ou, ainda, não querem pescar, não seria exatamente

pela explicação do sr. Manuel, mas porque, objetivamente, há agora alternativas a tal prática, o que promove uma re-significação dessa pesca, da *necessidade* de realizá-la. Chegar a tais conclusões não invalida suas narrativas, mas ajuda a compreender ainda melhor o passado em que ele viveu, que pescou. Antes de procurar nele uma verdade, encontra-se sua *fidedignidade* para com a história da pesca e da sua vida em Barra. Sua versão é mais um fio que ajuda a compor o tecido daquela imensa rede de histórias que formam a memória sobre a atividade pesqueira local.

Tal é a forma de subsistência da pesca em Barra de Camaratuba. Através das condições naturais e sociais sobre as quais se reproduziu, associada, como não poderia deixar de ser, à sua condição tecnológica, mantém-se como possibilidade mínima de garantia de vida. Ora subordinada à agricultura, ora à pesca dos *pólos pesqueiros*, ora ao advento turístico, ora à aposentadoria, permanece. Diante de tantas dificuldades, realiza-se no matutino e vespertino de todos os dias. Ao mesmo tempo em que é marcada por imprevisibilidades intrínsecas, reproduz-se no sentido de precaver-se das que lhe são exteriores. Ser pescador em Barra é, justamente, não apenas sê-lo. É criar e aproveitar uma série de possibilidades de produção de rendas, reprodução de vidas, na condição de não abandonar a pesca, ainda que extirpada por poluições, cercamentos e imprevisibilidades.

REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, Walter. 1994. Experiência e pobreza. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense. (Obras escolhidas, 1).
- BOURDIEU, Pierre. 1983. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu – Sociologia*. São Paulo: Ática. p. 46-81. (Grandes Cientistas Sociais, 39).
- BRITTO, Rosyan Campos de Caldas. 1999. *Modernidade e tradição: construção da identidade social dos pescadores de Arraial do Cabo (RJ)*. Niterói: EdUFF. (Coleção Antropologia e Ciência Política, 17).



- CARLOS, Ana Fani Alessandri. 1999. O turismo e a produção do não-lugar. In: YÁZIGI, Eduardo et al. (Org.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. 2. ed. São Paulo: Hucitec. (Col. Geografia: teoria e realidade, 30).
- CASTRO, Edna. 2000. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: DIEGUES, A. C. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza**. São Paulo: Hucitec - Nupaub/USP. p. 165-182.
- CIACCHI, Andrea et al. 2002. Entre o mar e o canal: memória e narrativas em Barra de Camaratuba. **Engenho – Revista de Cultura**, João Pessoa, n. 3, abr. 2002. Seção Literatura. Disponível em: < http://www.funesc.com.br/engenho3/textos/lite_x08.htm >.
- DIEGUES, Antonio C. Sant'Ana. 1983. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática. p. 103-272. (Ensaio, 94).
- DIEGUES, A. C.; ARRUDA, Rinaldo S. V. 2001. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente: São Paulo: USP.
- GODELIER, Maurice. 1981. A racionalidade dos sistemas econômicos. In: CARVALHO, Edgard de Assis (Org.). **Maurice Godelier – Antropologia**. São Paulo: Ática. p. 37-58. (Grandes Cientistas Sociais, 21).
- MALDONADO, Simone Carneiro. 1986. **Pescadores do mar**. São Paulo: Ática. (Col. Princípios).
- MALDONADO, Simone Carneiro. 1994. **Mestres e mares: espaço e indivisão na pesca marítima**. 2. ed. São Paulo: ANNABLUME.
- MARTINS, César Augusto Ávila. 2002. Na história e nas estórias, pescadores vivem e dão vida: pesca e geografia. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA, 13. **Mini-Curso**. João Pessoa.
- MAUSS, Marcel. 1979. Fenômenos gerais da vida intra-social. In: OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. (Org.). **Marcel Mauss – Antropologia**. São Paulo: Ática. p. 196-204. (Grandes Cientistas Sociais).
- MONTEIRO, Ariana A. Gomes. 2003. **Entre o mar e o canal: representações e uso de espaços em Barra de Camaratuba**. João Pessoa: UFPB. Monografia do Curso de Ciências Sociais. 91 f.
- IBAMA. 1996. **Boletim estatístico da pesca marítima e estuarina do estado da Paraíba - 1996**. Tamandaré: CEPENE. v. 1, n. 1.
- IBAMA. 1998. **Boletim estatístico da pesca marítima e estuarina do estado da Paraíba - 1997**. Tamandaré: CEPENE.
- IBAMA. 1999. **Boletim estatístico da pesca marítima e estuarina do estado da Paraíba - 1998**. Tamandaré: CEPENE.
- IBAMA. 2000. **Boletim estatístico da pesca marítima e estuarina do nordeste do Brasil - 1999**. Tamandaré: CEPENE.
- SILVA, Gekbede Dantas da. 2003. **Vou contar com São Pedro: a cultura, o turismo e as relações sociais em Barra de Camaratuba – PB**. João Pessoa: UFPB. Monografia do Curso de Ciências Sociais. 95 f.
- QUEIROZ, Maria Isaura P. de. 1988. Relatos orais: do "indizível" ao "dizível". In: VON SIMSON, Olga Moraes. **Experimentos com história de vida**. São Paulo: Vértice. p. 14-43.
- THOMPSON, E. P. 1998. Introdução: costume e cultura. In: THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras. p. 13-24.
- THOMPSON, Paul. 1998. **A voz do passado: história oral**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra.
- VEYNE, Paul. 1990. **Como se escreve a história**. Brasília: UnB.
- WEBER, Max. 1979. A objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais e na Política Sociais. In: WEBER, Max. **Sobre a teoria das Ciências Sociais**. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença. p. 7-111.

Recebido: 03/09/2003
Aprovado: 12/07/2004

